

Nelson Aguiar denuncia especulação em Itanhenga

Falando ontem na Assembléia Legislativa, o secretário do Bem-Estar Social, Nelson Alves de Aguiar, disse que cerca de três mil lotes foram distribuídos em Itanhenga por motivos eleitorais. Aguiar culpou o ex-titular da Pasta, Clóvis de Barros, de ter promovido a distribuição.

Respondendo a uma pergunta do deputado Paulo Hartung, do PMDB, Nelson Aguiar disse que realmente gostaria de assumir seu mandato na Câmara Federal, mas ressaltou que "quando a gente assume a direção de um órgão do Governo passa a não ter vontade própria em muitas questões".

EXPERIÊNCIA

Nelson Aguiar foi convocado para explicar seu trabalho à frente do Bem-Estar Social. Ele começou afirmando que os chamados Centros Sociais Urbanos sempre foram dirigidos pela Secretaria, sendo preferível que a direção "fique com a própria comunidade". Ele lembrou que uma experiência nesse sentido está sendo feita no conjunto Hélio Ferraz e que está "colhendo resultados animadores."

Garantindo que o Espírito Santo "tem 360 mil menores abandonados", Aguiar lembrou que sua primeira classificação para o menor abandonado é aquele que "tem pai, mãe, lar, mas suas carências básicas, como a alimentação, não estão satisfeitas".

Nelson Aguiar disse que sequer gostaria de "fazer referência ao trabalho do meu antecessor", mas que uma declaração do deputado Luiz Borges (PDS) a respeito da distribuição de lotes o obrigava a isso, pois foram declarações "infamantes".

ITANHENGA

Aguiar lembrou que Itanhenga

teve origem, em parte, após a destruição de barracos em Rosa da Penha. "Os invasores foram para a Catedral e depois para Itanhenga". Segundo ele, "até o lote 726, os lotes foram distribuídos de acordo com a lei, que determinava cadastramento prévio, com o objetivo de abrigar apenas famílias carentes.

Entretanto, com a proximidade das eleições, a comissão encarregada do cadastramento, "foi afastada. Com o afastamento da comissão, Juarez Silva, Manoel Militão e Lúcio Queiroz, que foram invasores em Rosa da Pena, assumiram a condição de administradores de Itanhenga".

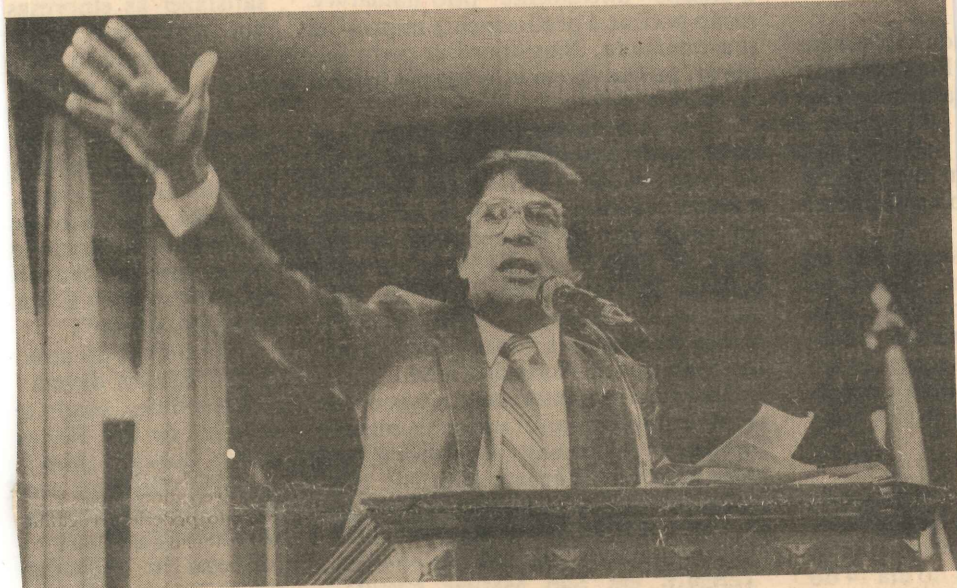
De acordo com explicações de Aguiar, Itanhenga tem três tipos de terrenos. "O que é destinado a moradias e não pode ser vendido, o destinado a equipamentos comunitários e os terrenos que são vendidos para fins comerciais, como armazéns".

INVASÃO

Conforme o secretário, "todas as áreas destinadas para fins comerciais foram invadidas, segundo os moradores, por ordem de Juarez, Manoel e Lúcio e com o apoio do então secretário". Também foram invadidos "terrenos destinados à construção de centros comunitários".

Segundo Nelson Aguiar, Clóvis de Barros "entregou a uma só família 18 lotes." O deputado Luis Borges o acusou de estar vendendo lotes. "Vim à Assembléia conversar com o deputado e ele me virou as costas e foi embora. Depois voltou aos jornais para dizer que reafirmava tudo que havia dito antes", retrucou Nelson Aguiar.

Luiz Pajáú



O secretário denunciou os "administradores" de Itanhenga